



**LAWENY FERNANDA DOS SANTOS COELHO**

**QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA  
FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

**LAVRAS-MG  
2021**

**LAWENY FERNANDA DOS SANTOS COELHO**

**QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do curso de Nutrição, para  
obtenção do título de Bacharel

Profa. Dra. Maysa Helena de Aguiar Toloni  
Orientadora

Nutricionista Luíza Ferreira Silva  
Coorientadora

**LAVRAS-MG  
2021**

## **QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

### **QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE**

Laweny Fernanda Dos Santos Coelho, Graduanda do curso de Nutrição da Universidade Federal de Lavras (DNU/UFLA)

Maysa Helena de Aguiar Toloni, Docente do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Lavras (DNU/UFLA)

Luíza Ferreira Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde, Universidade Federal de Lavras (PPGNS/DNU/UFLA)

Autor correspondência:

Laweny Fernanda Dos Santos Coelho

Rua: Terezinha A. Carvalho, 90 - Progresso - Santo Antônio do Amparo/MG -

CEP: 37262-000

Telefone: +55 35 99831-2203

Endereço eletrônico: [lawenyfernada@hotmail.com](mailto:lawenyfernada@hotmail.com)

**Termos de indexação:** Segurança Alimentar e Nutricional; Assistência Alimentar; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação; Sistema Único de Saúde.

**Index terms:** Food and Nutrition Security; Food Assistance; Nutrition Programs and Policies; Unified Health System.

Este artigo está formatado de acordo com as normas da Revista Segurança Alimentar e Nutricional (ISSN: 1808-8023 versão On-line) à qual será submetido após as adequações pós defesa.

## RESUMO

**Objetivo:** Qualificar o acompanhamento das ações de atenção à saúde para a redução das iniquidades em saúde entre participantes do projeto Alimentando Cidadania. Ademais, incentivar a formação de rede multidisciplinar visando a troca de experiências e o diálogo a fim de aprimorar ações entre os setores que compõem as Redes de Atenção à Saúde. **Método:** Abordagem de pesquisa qualitativa. Todas as ações qualificadas foram avaliadas mediante análise de documentos, materiais, reuniões e visitas ao local disponibilizados pela equipe gestora do Banco Municipal de Alimentos de Lavras (BMAL) visando o desfecho das intervenções realizadas pelo projeto Alimentando Cidadania que possui como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e desenvolver a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). **Resultados e discussão:** Constatou-se alterações relevantes na estrutura física do BMAL; distribuição de cestas básicas e de cestas compostas por alimentos *in natura* e leite UHT e em pó; organização de uma rede multidisciplinar; execução de ações de EAN para os participantes do projeto e capacitação dos profissionais envolvidos na rede multidisciplinar de SAN. **Conclusão:** Apesar de possuir limitações, o impacto da atuação do BMAL é significativo e pode ser verificado nas esferas social, econômica e gestão pública.

## **ABSTRACT**

**Objective:** Describe the qualification of monitoring health care actions to reduce health inequities among participants of the Project Feeding Citizenship. In addition, encourage the formation of a multidisciplinary network aiming at exchanging experiences and dialogue in order to improve actions among the sectors of health care networks. **Method:** Qualitative research approach. All qualified actions were evaluated through analysis of documents, materials, meetings and site visits made available by the management team of the Municipal Food Bank of Lavras (BMAL) analyzing the outcome of the interventions caused by the Alimentando Cidadania project that aims to promote Food and Nutrition Security (SAN) and develop Food and Nutrition Education (EAN). **Results and discussion:** Found, relevant changes in the physical structure of the BMAL; distribution of basic baskets, baskets composed of fresh foods, UHT milk and milk powder; organization of a multidisciplinary network; execution of actions of EAN for project participants and training of professionals involved in the multidisciplinary network of SAN. **Conclusion:** Despite having limitations, the impact of BMAL's performance is significant and can be verified in the social, economic and public management spheres.

## INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, em sua definição, faz referência a uma política nacional que assegura o acesso à alimentação saudável e a outros bens e serviços sociais necessários. Portanto, a SAN constitui-se na efetivação

*do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis<sup>[1]</sup>.*

Já a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) deriva da exclusão social e pode acarretar efeitos na saúde e bem-estar dos indivíduos, uma vez que surge da inconstância a aquisição dos alimentos<sup>[2]</sup>. Para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é necessária atuação estatal por meio do planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, além disto o envolvimento de diferentes esferas, como agricultura, saúde, educação e assistência social. Os setores mencionados devem ser eixos para estruturar o acesso aos alimentos em adequada quantidade e qualidade nutricional, social e ambiental; e efetivar políticas públicas e não-governamentais<sup>[3,4]</sup>.

Em Lavras, município de Minas Gerais, um estudo em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Projeto “Programa Bolsa Família: avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias participantes e acompanhamento das condicionalidades de saúde sob a ótica dos profissionais, apontou que 77% das famílias beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família estão em situação de insegurança alimentar, evidenciando restrição

tanto qualitativa quanto quantitativa de alimentos, e assim demonstrando o fenômeno da fome presente nessas residências<sup>[5]</sup>. Ações para alívio imediato da insegurança alimentar e nutricional de famílias dos territórios mais vulneráveis do município e organização da rede municipal de SAN, são objetivos de projetos realizados entre a Prefeitura Municipal, UFLA e instituições de financiamento.

O projeto “Alimentando Cidadania: Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes” apoiado pelo edital do Itaú Social possui como objetivo promover a SAN e desenvolver a educação alimentar e nutricional (EAN). Estrutura-se em três eixos e ações, sendo eles: i) Alívio Imediato da Situação de IAN, mediante a distribuição de cestas compostas por alimentos *in natura* (cestas verdes); ii) Reorganização da Rede Municipal de SAN através da implementação e fortalecimento do Banco de Alimentos do município e iii) Qualificação Profissional e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável por meio de realização de cursos de capacitação para qualificar os processos de trabalho<sup>[6]</sup>.

Este presente artigo tem como objetivo descrever a qualificação do acompanhamento das ações de atenção à saúde para a redução das iniquidades em saúde realizadas pelo Alimentando Cidadania, bem como incentivar a formação de rede multidisciplinar, troca de experiências e diálogo para o aprimoramento de ações de saúde na Rede de Atenção à Saúde e de SAN.

## **MÉTODOS**

Este trabalho foi do tipo transversal com abordagem de pesquisa qualitativa com análise documental. Os dados foram obtidos por meio de levantamento de informações secundárias disponíveis do projeto Alimentando Cidadania. Essa

pesquisa contou com os editais propostos pela Fundação Itaú Social nos anos 2019 e 2020, os quais apresentam respectivamente o plano do projeto inicial e resultados preliminares adquiridos até dezembro de 2020.

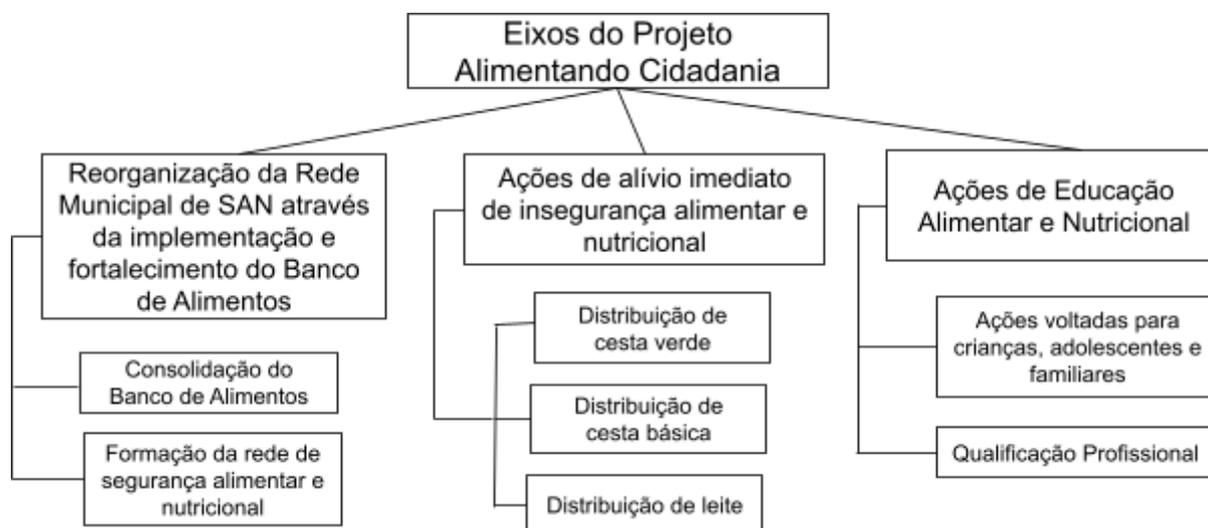
Ademais, contou com visitas ao Banco Municipal de Alimentos de Lavras (BMAL) e reuniões com a equipe gestora do BMAL a qual é composta por um coordenador, um auxiliar de higienização, um auxiliar administrativo, dois auxiliares de produção, um motorista e uma nutricionista. Nesse contexto é importante discorrer sobre presença do nutricionista nessa instituição, profissional responsável por executar funções como, estruturar os procedimentos de recebimento, seleção e armazenamento dos alimentos assegurando controle de qualidade; promover atos de controle de desperdícios de matéria-prima e ações de consumo sustentável; fazer visitas técnicas às instituições assistidas; entre outras atividades segundo o Conselho Nacional de Nutricionista<sup>[7]</sup>.

Em decorrência das reuniões pôde-se ter acesso às condições estruturais do BMAL após as intervenções do projeto Alimentando Cidadania (Anexo C e D), assim como obteve-se descrição da situação anterior às ações (Anexo A e B), sendo evidenciadas por imagens fotográficas. Através de reuniões tomou-se conhecimento das ações de EAN e dos materiais estratégicos utilizados. Outra fonte de conhecimento dos dados foi o levantamento de informações de leis, como por exemplo, a Lei n 4.567 de 17 de abril de 2020<sup>[8]</sup>, que Institui o Programa Banco de Alimentos no âmbito do município de Lavras, e dá outras providências. Todas as ações qualificadas foram avaliadas mediante análise desses documentos, materiais disponibilizados pela equipe gestora do BMAL, reuniões e visita ao local.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras – UFLA (28718020.8.0000.5148), seguindo os princípios éticos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Figura 1** - Fluxograma de processos das atividades executadas



Fonte: Do autor, 2020

### **Implementação e fortalecimento do BMAL; e Reorganização da Rede Municipal de SAN**

Uma das temáticas do projeto Alimentando Cidadania é a reorganização da Rede Municipal de SAN através da implementação e fortalecimento do BMAL, que foi criado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Lavras (SDSL) em abril de 2019. O projeto presta apoio direto para a estruturação e consolidação deste equipamento no município, atuando na garantia do DHAA. O BMAL é uma central de recepção de alimentos excedentes e doações diretas, que realiza a distribuição de gêneros arrecadados e/ou adquiridos, para equipamentos sociais cadastrados, e para assistir eventuais programas sociais do município.

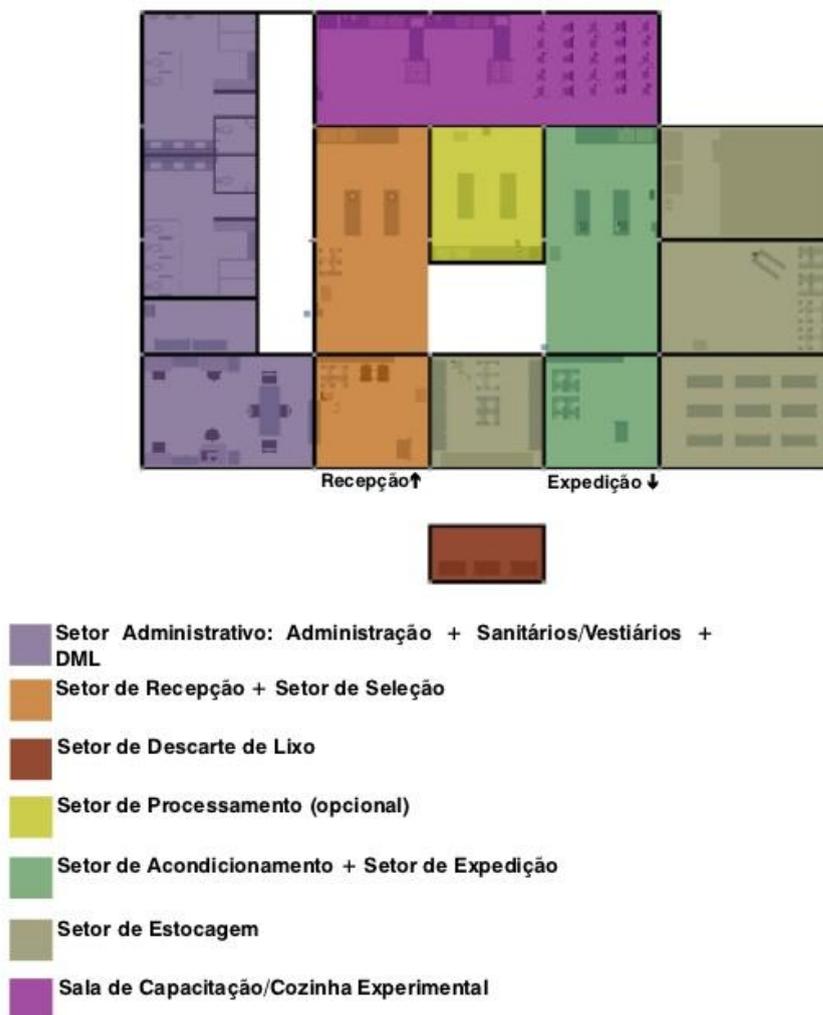
Anteriormente às ações do projeto Alimentando Cidadania, o BMAL contava com uma sala localizada na SDSL a qual necessitava de equipamentos para

recepção, armazenamento e distribuição das doações recebidas. Havia um menor número de entidades cadastradas para o repasse dos alimentos, assim como não possuía fundos próprios, financiamento federal e nem recurso municipal direto. Também não se encontrava regulamentado por lei.

Através do apoio do projeto Alimentando Cidadania houve no BMAL importantes mudanças estruturais como separação da área administrativa do local de estoque por divisórias, a fim de atender as especificações sanitárias e para proporcionar ventilação ao ambiente instalou-se nas janelas telas laváveis<sup>[9]</sup>, além de serem adesivadas com a logomarca e identificação do BMAL. O BMAL também passou a ser regulamentado pela Lei nº 4.567 de 17 de abril de 2020<sup>[8]</sup>, integrando a política municipal de segurança alimentar, e tornando-se um equipamento permanente no município.

Visualizando as mudanças estruturais, nota-se uma adequação conforme estabelecido pelo Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos o qual determina que a área administrativa deve estar separada fisicamente de onde há fluxo de alimentos<sup>[10]</sup>. Segundo o Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos, um banco de alimentos deve estar capacitado de setores próprios para realização de atividades específicas conforme a seguinte figura:

**Figura 2 - Setores que compõem um Banco de Alimentos**



Extraído de: BRASIL, 2007<sup>[10]</sup>

A atual estrutura do BMAL é definida por Tenuta<sup>[11]</sup> como “espaço insuficiente”, constatando que há uma deficiência na estrutura física, o que reduz o potencial do BMAL. Deste modo, se faz necessário estar em conformidade com o Roteiro a fim de facilitar o fluxo dos alimentos, evitar contaminação cruzada, evitar desperdício, contar com área de transformação de alimentos dentre outras potencialidades que se possa adquirir uma vez que disponha de tais setores.

No que diz respeito aos equipamentos, o BMAL adquiriu 01 freezer horizontal, 01 gabinete para organização de arquivos e 03 estantes de aço. Em conjunto a

comunidade, foi realizado o conserto de 01 freezer horizontal, 01 geladeira de inox com 04 portas, 01 geladeira frost free, e foi adquirido um desidratador de alimentos.

Os utensílios como geladeiras e freezer permitem a estocagem de produtos perecíveis que são congelados e refrigerados minimizando risco de contaminação microbiológica<sup>[12]</sup>, assegurando o direito a uma alimentação com qualidade sanitária como previsto na Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006<sup>[1]</sup>.

Também se pode notar o engajamento da comunidade em apoio ao BMAL, tornando-os sujeitos participantes da política, seja por doações de alimentos ou desprendendo esforços para conserto e aquisição de equipamentos. Essas ações demonstram por parte da comunidade iniciativa de promover a SAN e solidariedade alimentar com os indivíduos que se encontram em situação de IAN<sup>[13]</sup>.

No que refere-se a Reorganização da Rede Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o agente mapeador e identificador das famílias em vulnerabilidade, classificando o nível de insegurança alimentar dos núcleos familiares usando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)<sup>[14]</sup>, e a partir disso, as famílias recebem a quantidade de alimentos proporcional à situação que se encontram. Cabe ao BMAL a recepção, acondicionamento dos alimentos adquiridos, montagem e administração das cestas. O acompanhamento às famílias, distribuição das cestas verde e/ou básica, e a frequência da distribuição é atribuição do CRAS<sup>[15]</sup>. Vale destacar ações em parceria com a UFLA como exemplo a gincana “UFLA Alimenta” que arrecadou cerca de três toneladas de alimentos para o BMAL.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> "Programação do Evento "UFLA Alimenta" - SIG."  
[https://sig.ufla.br/modulos/publico/eventos/programacao.php?cod\\_evento\\_instituicao=10950](https://sig.ufla.br/modulos/publico/eventos/programacao.php?cod_evento_instituicao=10950).  
Acessado em 21 fev.. 2021.

Ainda se tratando da rede de SAN, uma ferramenta que reaparece no contexto do município é o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEA) que foi reestruturado conforme a Lei nº 4.575, sancionada em 27 de maio de 2020. O COMSEA atua de modo direto nas demandas relacionadas à garantia do direito humano à alimentação adequada, promove diálogo entre poder público e sociedade civil garantindo a efetivação das ações que promovem a SAN<sup>[16]</sup>.

Para formar uma rede em saúde, é preciso que ela seja impulsionada por políticas que a considerem como estratégia necessária para proporcionar à população um serviço de saúde satisfatório. Uma vez consolidada, a rede em saúde, tem efeito de minimizar a fragmentação das iniciativas, assim como fortalece e também dá continuidade à promoção da saúde. Dessa maneira, a formação da rede é uma ferramenta que garante os direitos dos indivíduos, visto que proporciona o acesso a serviços de saúde com qualidade e reduz iniquidades sociais<sup>[17]</sup>.

Uma vez reestruturado o BMAL, objetivou-se a realização de ações para alívio imediato da situação de IAN das famílias com crianças e adolescentes, e ações de Educação Alimentar e Nutricional.

### **Alívio Imediato da Situação de IAN**

Outro eixo do projeto Alimentando Cidadania é o Programa Cesta Verde, cujo objetivo é elaborar cestas constituídas por alimentos *in natura* (Anexo E), entregues semanalmente na casa das famílias até que a situação de IAN seja solucionada.

Conhecendo o diagnóstico de insegurança alimentar<sup>[5]</sup> no município, considerando a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006<sup>[1]</sup> e o Marco Legal da Primeira Infância<sup>[18]</sup> o qual é alvo do projeto, focou-se nas ações em famílias que

possuíam crianças menores de 03 anos de idade e que também eram participantes do Programa Bolsa Família em função da reconhecida vulnerabilidade socioeconômica.

Dadas as circunstâncias enfrentadas pela pandemia do covid-19, e a necessidade de isolamento social, o BMAL ofereceu além das 100 cestas verdes, previamente pactuadas, cestas básicas e produtos de higiene para as famílias.

No que se diz respeito à distribuição de cestas básicas, a política anterior do benefício fornecia às famílias apenas uma cesta a cada 3 meses, sendo que no ano de 2019 foram menos de 100 cestas básicas distribuídas em todo município. Ao passo que, durante os meses de março a junho de 2020 foram distribuídas para as famílias 2562 (duas mil quinhentas e sessenta e duas) cestas verdes compostas por frutas e hortaliças, e sempre complementadas com alimentos não perecíveis, fontes de proteína a exemplo sardinha, leite e feijão e/ou carboidratos como arroz, macarrão e pães congelados para serem assados nas casas.

Ainda no mesmo período, março a junho de 2020, foram adquiridas 3050 (três mil e cinquenta) cestas básicas pela SDSL, e o BMAL já recebeu a doação de 1322 (mil trezentas e vinte e duas) cestas básicas. Também houve distribuição e descentralização para os CRAS de 2000 (duas mil) cestas básicas. Especificamente para o público de 0 a 3 anos, foram distribuídas 975 (novecentas e setenta e cinco) cestas verdes, 6400 (seis mil e quatrocentos) litros de leite e 500 (quinhentas) cestas básicas. As demais cestas foram direcionadas, prioritariamente, para as famílias com crianças das demais faixas etárias e adolescentes em seus núcleos.

Com base nas informações mencionadas, pode-se observar aumento no repasse das doações de alimentos entre as diferentes gestões, conseqüentemente promovendo maior acesso aos alimentos como previsto pela Política Nacional de

Segurança Alimentar<sup>[1]</sup>. Esse aumento de doações recebidas, possivelmente é derivado da maior visibilidade do BMAL no município, esse maior alcance da população pode ser reflexo da Rede Municipal de SAN.

A iniciativa de distribuição da cesta verde além da cesta básica convencional, repercute em três escalas, sendo elas: escala social - incentivando o consumo de alimentos saudáveis; escala econômica - pois favorece o cultivo local e por último a escala gestão pública - uma vez que impacta na saúde da população e na conexão entre políticas públicas de assistência social e saúde<sup>[19]</sup>.

A cesta verde, a cesta básica e o leite distribuídos aos lares que possuem em sua composição crianças de 0 a 3 anos de idade garantem a construção de políticas públicas para a primeira infância abrangendo a saúde, a alimentação e a nutrição como previsto na Lei nº 13.257<sup>[18]</sup>. É sabido que a alimentação é um dos fatores que contribui para o aparecimento de doenças, assim como que a modificação de hábitos alimentares pode promover a saúde, sabendo que os hábitos alimentares de um indivíduo estão vinculados com os primeiros anos de vida justifica o foco das ações nessa faixa etária<sup>[20, 21]</sup>.

Nos primeiros mil dias, que fazem referência desde a concepção até o segundo ano de vida, há uma Janela de Oportunidades onde a adoção de hábitos interferirá o futuro do bebê. A predileção da criança por determinados sabores na fase de alimentação complementar pode ser influenciada pela composição do líquido amniótico durante a gestação e pelo leite materno<sup>[22]</sup>. A exposição a diferentes alimentos estimula o paladar possibilitando que a criança conheça variados sabores, o que repercute nos anos seguintes. Tais costumes alimentares são adquiridos, posteriormente na adolescência se fortalecem, e possivelmente propagará por toda vida<sup>[23]</sup>.

## **Ações de Educação Alimentar e Nutricional e Qualificação Profissional**

### **- Ações voltadas para crianças, adolescentes, e seus familiares**

No que refere-se à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável o projeto teve como objetivo incentivar a promoção de ações de EAN com finalidade de desenvolver, ainda na infância, habilidades culinárias e incentivo a hábitos alimentares saudáveis, bem como o resgate da comensalidade em família, através de uso de metodologia ativas e problematizadoras que estimulam a comunicação entre os indivíduos conforme a faixa etária. A princípio seria oferecido, no mínimo, 8 encontros ao longo do período de execução deste projeto para as crianças, adolescentes e seus familiares.

Com a necessidade de isolamento social devido a pandemia covid-19, não se pode realizar as ações iniciais que dispõe de um formato presencial, permanecendo adiadas até o momento que se possa realizá-las. Estratégias alternativas de EAN foram elaboradas pela equipe do projeto Alimentando Cidadania, como exemplo o desenvolvimento de história em quadrinho para crianças a qual abordava Anemia Ferropriva e alimentos fontes para seu combate<sup>[24]</sup>, dada sua prevalência no município segundo o estudo realizado em parceria com a UFLA<sup>[5]</sup>.

Outra ação realizada para promover a EAN foi disponibilizar para os núcleos familiares conjuntamente com a cesta verde a entrega de um agente sanitizante e um folheto explicativo abordando instruções de diluição e tempo em que os vegetais deveriam ficar imersos na solução (Anexo F).

Programas como os de distribuição de alimentos devem estar associados a intervenções na área de saúde e educação evidenciando a necessidade de ações de EAN com os participantes<sup>[25]</sup>. A EAN está associada à produção de informação que serve de incentivo para escolhas autônomas dos indivíduos e ampliarão o seu

poder de decisão. A escolha por história em quadrinho denota a transmissão de mensagem descomplicada e atrativa, garantindo adequada comunicação ao público infantil<sup>[26]</sup>.

No que tange às ações voltadas para a família, foi estabelecido o uso de orientações para a sanitização dos alimentos, que é ponto crítico crucial para a segurança no consumo alimentar, dada a crescente proporção de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) na população, com origem no consumo de frutas frescas e verduras contaminadas<sup>[21]</sup>. No Brasil o sanitizante mais usado é o hipoclorito de sódio por seu custo acessível, fácil uso e disponibilidade no mercado. O incentivo a realizar esta etapa nos lares beneficiados pela cesta verde garante redução nos casos de surto ou infecções por patógenos veiculadas por alimentos e garante maior tempo de conservação dos alimentos<sup>[27]</sup>.

#### **- Qualificação profissional**

Foram direcionados aos profissionais da área da saúde, educação e desenvolvimento social, participantes da rede, que atendem e acompanham as famílias beneficiárias, cursos de capacitação para qualificar os processos de trabalho e para ampliação das habilidades e competências, dentro do contexto da promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação adequada e saudável. Foi Incentivado a realização de quatro cursos gratuitos oferecidos pelo Ministério da Cidadania, sendo eles:

**Quadro 1** - Cursos oferecidos no Portal EaD do Ministério da Cidadania sobre a categoria Segurança Alimentar e Nutricional\*, em 2020

<b>Oficina</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>
Ideias na Mesa – Educação Alimentar e Nutricional: uma estratégia para a promoção do direito humano à alimentação adequada nos Serviços Socioassistenciais	Este curso integra o conjunto de iniciativas de desenvolvimento de capacidades da rede Ideias na Mesa e tem como objetivo estimular o desenvolvimento e a implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional na rede de proteção social básica do SUAS.	20h
Educação Alimentar e Nutricional: uma estratégia para a promoção do direito humano à alimentação adequada	Este curso integra o conjunto de iniciativas de desenvolvimento de capacidades da rede Ideias na Mesa e tem como objetivo apresentar aos profissionais que atuam com as famílias do Programa Bolsa Família, e a todos os interessados no tema, o papel da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).	20h
Ideias na Mesa – Jogos na Mesa	De forma simples e direta o curso irá oferecer uma metodologia para profissionais que atuam em diferentes áreas assim como docentes e estudantes que desejam utilizar jogos como recurso de ensino, aprendizagem, orientação e prática de conhecimentos sobre alimentação adequada e saudável.	20h
Ideias na Mesa – Metodologias Participativas	Este curso integra o conjunto de iniciativas de desenvolvimento de capacidades da rede Ideias na Mesa e tem como objetivo que tem como objetivo estimular o uso de metodologias participativas em ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O curso é composto por dois módulos. Cada módulo é acompanhado de uma biblioteca virtual onde você pode baixar o conteúdo das publicações disponíveis.	20h

\* Disponível em: <http://www.mds.gov.br/ead/><sup>[28]</sup>

No que diz respeito aos quatro cursos disponíveis na plataforma do Ministério da Cidadania, estes estão limitados à parte de ensino virtual à distância, uma vez que atualmente não é possível realizar os encontros para discussão dos protocolos e ações de maneira presencial, em consequência as medidas de isolamento social requeridas pela pandemia covid-19. Os cursos são gratuitos e ao fim o participante recebe certificação.

Para os técnicos dos CRAS, também foi elaborado pela equipe do projeto Alimentando Cidadania um novo formato de qualificação profissional, através de vídeos sobre a temática Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe ressaltar que há uma pactuação a qual todos os envolvidos da Rede Municipal de Segurança Alimentar devem passar por qualificação para a atuação.

As ações de capacitação profissional buscam contextualizá-los no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional e seus elementos, como acesso, qualidade, dignidade e regularidade. O profissional qualificado garante o diagnóstico familiar de Insegurança Alimentar e Nutricional mais preciso. Ademais, como é conhecedor de tais informações, possivelmente estará habilitado a transmiti-las para a comunidade, dando autonomia aos indivíduos para a promoção da saúde<sup>[26]</sup>.

Dada necessidade de isolamento social e dificuldade de deslocamento, o BMAL, a SDSL em parceria com os Departamentos de Ciências da Computação e Nutrição da UFLA, criaram o aplicativo Direito a Alimentação – Di@, com o propósito de que os técnicos dos CRAS possam realizar as avaliações e gerenciar o recebimento do benefício pela família, bem como elencar a priorização das famílias utilizando do nível de insegurança alimentar classificado pela EBIA e a presença de crianças ou adolescentes na família. Para os profissionais, foi desenvolvido um tutorial de apresentação e instrução de uso do aplicativo e da EBIA. A ferramenta desenvolvida permite assistir as famílias a longo prazo e gerir o benefício recebido.

A EBIA é um importante instrumento indicador de segurança alimentar assim como avaliador de efeitos das políticas públicas<sup>[29]</sup>, e ao utilizar de ferramentas tecnológicas, há intensificação das ações envolvidas. Melhorar a logística implica em ampliar o alcance do atendimento no território, como também garante a continuidade

das atividades em meio a pandemia pelo covid-19, proporcionando segurança aos profissionais e participantes do programa.

## CONCLUSÃO

Reconhecer e conceituar o contexto das ações locais de atenção à saúde para famílias em vulnerabilidade, pode ser uma importante ferramenta indireta para qualificar os equipamentos públicos e a rede municipal de promoção da SAN. Portanto, este trabalho permite compreender, mesmo que de modo parcial e subjetivo, a condição da SAN no município. Ao favorecer que tal situação alimentar seja evidenciada, pode-se contribuir para a consecução do direito à alimentação, promover mobilização social e de políticas públicas; e estimular uma articulação intersetorial.

O impacto em saúde, em especial, no estado nutricional dos beneficiários do projeto não foi o foco deste estudo, mas pode-se observar que houve um aumento no acesso à alimentação saudável através do repasse dos alimentos oferecidos pelo Programa Cesta Verde; o que possivelmente reflete na saúde desses indivíduos. Nessa perspectiva, sugere-se a proposição de desenvolver ações, em termos de planejamento e implementação de políticas públicas municipais, as quais realizem a avaliação e acompanhamento do estado nutricional da população em IAN, com vistas a direcionar suporte aos núcleos familiares que mais carecem e conduzir atuações mais efetivas para promoção da SAN.

## REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set. [acesso em 07 nov 2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)
- [2] Bezerra Mariana Silva, Jacob Michelle Cristine Medeiros, Ferreira Maria Angela Fernandes, Vale Diôgo, Mirabal Isabelle Ribeiro Barbosa, Lyra Clélia de Oliveira. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2020 [acesso em 7 de dezembro de 2020]; 25(10): 3833-3846. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020001003833&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020001003833&lng=en)
- [3] Custódio MB, Furquim NR, Santos GMM dos, Cyrillo DC. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Secur. Aliment. Nutr. [Internet]. 9º de fevereiro de 2015 [acesso em 7 de dezembro de 2020];18(1):1-10. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683>
- [4] Moraes DC, Sperandio N, Priore SE. Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional [Internet]. Viçosa: UFV, 2020.
- [5] Toloni MHA, Taddei JAAC, Teixeira, LG. Projeto “Programa Bolsa Família: avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias participantes e acompanhamento das condicionalidades de saúde sob a ótica dos profissionais”: Universidade Federal de Lavras. Programa de pós-graduação em Nutrição e Saúde. Lavras; 2017.
- [6] Bernardes, MS. Projeto “Alimentando Cidadania: Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes”. Edital de submissão de proposta. Lavras; 2020.
- [7] Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Resolução CFN nº600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Diário Oficial da União. 20 abr. 2018. Seção 1, nº76, p. 157. [acesso em 19 fev 2021]. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res\\_600\\_2018.htm](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm)

[8] Prefeitura Municipal de Lavras. Lei nº 4.567 de 17 de abril de 2020. Institui o programa Banco de Alimentos no âmbito do município de Lavras, e dá outras providências. Lavras: Prefeitura Municipal de Lavras; 2020 [acesso em 05 dez 2020]. Disponível em:

[https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/7555/lei\\_4567\\_20\\_20\\_programa\\_banco\\_de\\_alimentos.pdf](https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/7555/lei_4567_20_20_programa_banco_de_alimentos.pdf)

[9] Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução – RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004. Estabelece procedimentos de boas práticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. [acesso em 07 nov 2020]. Disponível

em:[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216\\_15\\_09\\_2004.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html)

[10] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bancos de Alimentos: Roteiro para Implantação. Brasília, DF, 2007. [acesso em 07 nov 2020]. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/lidianemartins/banco-de-alimentos-roterio-de-implantacao#:~:text=O%20Banco%20de%20Alimentos%20deve,deve%20estar%20exposto%20a%20inunda%C3%A7%C3%B5es.>

[11] Tenuta N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil [dissertação]. Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM; 2014. [acesso em 05 dez 2020]. Disponível em:

<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/829>

[12] Candido CC, Santos EC, Games GMO, Carelle AN. Guia técnico de nutrição e dietética. São Paulo: Manole, 2019. Higiene dos Alimentos p.131

[13] Rangel, T. O programa banco de alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. Lex Humana. 2016; [acesso em 7 de dezembro de 2020]; 8(2): 120-136. Disponível em:

<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1263/612>

[14] Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014. (Estudo Técnico 1). [acesso em 05 dez 2020]. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=etec&stk=ano&id=73>

[15] Bernardes, MS. Projeto “Alimentando Cidadania: Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes” Resultados Preliminares. Edital de submissão de proposta. Lavras; 2020.

[16] Prefeitura Municipal de Lavras. Lei nº 4.575 de 27 de maio de 2020. Altera a lei nº 4.165/2014, que dispõe sobre a política municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável e reestrutura o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Lavras, e dá outras providências. Lavras: Prefeitura Municipal de Lavras; 2020

[17] Shimizu Helena Eri. Percepção dos gestores do Sistema Único de Saúde acerca dos desafios da formação das Redes de Atenção à Saúde no Brasil. *Physis* [Internet]. 2013 [acesso em 9 de dezembro de 2020] ; 23( 4 ): 1101-1122. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312013000400005&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000400005&lng=en)

[18] Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016. [acesso em 05 dez 2020]. Disponível em: <http://bit.ly/2QOr2Jb>.

[19] Silva WA. O programa Cidadania na mesa e a perspectiva dos direitos humanos [Dissertação]. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; 2018. [acesso em 07 nov 2020]. Disponível em: <http://www.ppgsga.ufscar.br/alunos/banco-de-dissertacoes/Williana.pdf>

[20] Aparício, Graça. Ajudar a desenvolver hábitos alimentares saudáveis na infância. *Revista Millenium*. Viseu. ISSN: 0873-3015. Nº 38 (junho, 2010), p. 283-298.

[21] Preiss VP, Schneider S, Souza GC. A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. [Recurso Eletrônico]. Editora da UFRGS, 2020. 275 p. : pdf. [acesso em 06 de março de 2021]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

[22] Pantano M. Primeiros 1000 dias de vida. *Rev assoc Paul Cir Dent* [Internet]. 2018;72(3):490-94. [acesso em 05 dez 2020]. Disponível em: [http://www.fsp.usp.br/mina/wp-content/uploads/2018/10/Materia\\_Capa.pdf](http://www.fsp.usp.br/mina/wp-content/uploads/2018/10/Materia_Capa.pdf)

- [23] Madruga Samanta Winck, Araújo Cora Luiza Pavin, Bertoldi Andréa Dâmaso, Neutzling Marilda Borges. Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência. Rev. Saúde Pública [Internet]. 2012 Apr [cited 2020 Dec 18] ; 46(2): 376-386. Available from:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102012000200021&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000200021&lng=en) Epub Feb 24, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000016>
- [24] Bernardes MS, Sossou IS, Júnior ASL, Júnior PAP, Chagas CMS, Toloni MHA. Gestão das ações de segurança alimentar e nutricional para primeira infância frente à pandemia do COVID-19. In: Proceedings of the III SULMINUTRI ONLINE – III Congresso Sul Mineiro de Nutrição/2020; 26-28 nov 2020; Universidade Federal de Lavras – UFLA; 2020 p. 67. [acesso em 05 jan 2021]. Disponível em:  
<https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/5270/6967>
- [25] Júnior, NNG. Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. [acesso em 05 jan 2021]. Disponível em:  
[http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906044123/pdf\\_1137.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906044123/pdf_1137.pdf)
- [26] Santos Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Rev. Nutr. [Internet]. 2005 [citado 5 de dezembro de 2020]; 18(5): 681-692. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en)
- [27] Rodrigues DG, Silva NBM, Rezende C, Jacobucci HB, Fontana EA. Avaliação de dois métodos de higienização alimentar. Revista Saúde e Pesquisa. 2011; [acesso em 7 de dezembro de 2020]; 4(3):341-350. Disponível em:  
<https://177.129.73.3/index.php/saudpesq/article/view/1923/1385>
- [28] Portal EaD do Ministério da Cidadania [internet]. Brasília. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. [acesso em 10 dez 2020]. Disponível em:  
<http://www.mds.gov.br/ead/>
- [29] Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segur. Aliment. Nutr. [Internet]. 10º de fevereiro de 2015 [acesso em 7 de dezembro de 2020];16(2):1-19. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>

## ANEXO

### Anexo A e B - Estrutura física 2019, visualização interna do Banco de Alimentos



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>

### Anexo C e D - Estrutura física 2020, visualização interna do Banco de Alimentos



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>

## Anexo E- Cestas Verdes



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>

## Anexo F - Cestas Verdes acompanhadas de sanitizantes e instruções de uso



Extraído de: Bernardes, 2020 <sup>[15]</sup>